

Etnográfica

Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia

número especial | 2024

Número Especial - 50 Anos 25 de Abril

Processos revolucionários em discurso: descentralizando e desconstruindo os impactos do 25 de Abril em Angola

Ruy Llera Blanes



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/etnografica/16070>

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Paginação: 261-269

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Ruy Llera Blanes, «Processos revolucionários em discurso: descentralizando e desconstruindo os impactos do 25 de Abril em Angola», *Etnográfica* [Online], número especial | 2024, posto online no dia 23 abril 2024, consultado o 24 abril 2024. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/16070>



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

Processos revolucionários em discurso: descentralizando e desconstruindo os impactos do 25 de Abril em Angola

Ruy Llera Blanes

BLANES, Ruy (ruy.blanes@iscte-iul.pt) – CRIA, ISCTE-IUL, In2Past, Portugal.
ORCID: 0000-0001-7547-8920.

É JÁ UM LUGAR-COMUM AFIRMAR O PAPEL FULCRAL QUE O 25 DE ABRIL de 1974 teve no processo de descolonização das colónias portuguesas em África, nomeadamente no que diz respeito à incorporação da descolonização como desígnio do programa do MFA e subsequente criação de itinerários políticos e jurídicos para as respetivas declarações de independência (ver Coutinho 1984; Marques 2013; Correia 2019). No caso de Angola, esse processo plasmou-se no âmbito do Acordo de Alvor de janeiro de 1975, que mapeava um itinerário para a independência do país através de uma negociação multilateral entre o governo português e os três principais movimentos de libertação – o MPLA, a UNITA e a FNLA –, que por sua vez estabeleceriam um governo de transição tripartido, com pastas distribuídas entre os três movimentos até à realização de umas eleições que nunca se chegaram a materializar.

No entanto, como é sabido, do Acordo de Alvor pouco se implementou, tendo-se apenas “acertado” na data para a proclamação da independência: novembro de 1975. Não foi necessário esperar muito tempo para se observar um desentendimento total entre as partes e o início do que viria a ser uma guerra civil que duraria quase ininterruptamente até 2002. Portanto, como também referiu Pezarat Correia (2019: 2), o 25 de Abril foi uma contribuição não exclusiva para um processo geopolítico mais abrangente, tanto ao nível global como no contexto da África Austral e, mais concretamente, o contexto interno angolano.

Neste contexto, se do ponto de vista luso-cêntrico a narrativa geral do 25 de Abril coloca o evento como ponto de partida para um processo subsequente, ao longo das minhas diversas pesquisas em Angola, que giraram em torno do período da independência e anos subsequentes, a atribuição dessa centralidade ao episódio não é assim tão evidente. Noutras palavras, desde Angola o 25 de Abril é apenas um passo numa história de disputa política convulsa e violenta, marcado por outros vários episódios, anteriores e posteriores, de conflito e violência que configuraram o cenário político pós-independência – o que por sua vez contrasta com a memória da “revolução pacífica” do 25 de Abril.

Em reação a esse reconhecimento, neste texto pretendo contribuir com uma reflexão sobre o “lugar” do 25 de Abril desde a antropologia da memória sobre o lugar dos “eventos” na produção da história (Koselleck 1989; Kapferer 2010), e o seu enquadramento político numa lógica de disputa – noutras palavras, o “campo de batalha” de que falava Enzo Traverso (2012). Inspiro-me na ideia de “tumulto” (Rio e Bertelsen 2018) para explorar as fricções, contradições e reinterpretções que marcam as memórias de eventos políticos extremos, tais como as “revoluções” (ver também Blanes 2023). Para tal, vou recuperar algumas perspetivas e memórias suscitadas em torno do período que redundou na independência de Angola, o que permitirá desconstruir dois clichês, um do lado português (o 25 de Abril na génese do processo das independências africanas), e outro do lado angolano (o protagonismo único de Agostinho Neto e

do MPLA no processo de independência). Obviamente não com o objetivo de pôr em causa a importância do evento em si – isso é obsessão de reacionários e nostálgicos da colónia e do Estado Novo –, mas de complexificar a ideia dos “impactos” causados pelo mesmo a partir de um movimento de descentralização.

“NO 25 DE ABRIL O AGOSTINHO NETO ESTAVA DE FÉRIAS NO CANADÁ”

A frase usada como subtítulo veio de um ex-militar, ex-diplomata e atualmente editor angolano que entrevistei recentemente (outubro de 2023) no seu escritório em Luanda. Inserir-se numa discussão sobre a complexidade da transição para a independência em Angola, marcada pelo “triunfo” do MPLA, não só em relação às forças coloniais, mas também e sobretudo em relação aos outros movimentos político-militares (FNLA e UNITA). Para o ex-militar, era preciso colocar aspas e parênteses nessa narrativa, e perceber o que acontecera antes e depois desse período de 1974-1975 que redundou na independência.



Figura 1 – Capas do vespertino *Diário de Luanda*, 25 e 26 de abril de 1974.
 Fonte: *Expresso*, 24 de abril de 2017.¹

1 (Disponível em: < <https://expresso.pt/sociedade/2017-04-24-Como-os-jornais-das-ex-colonias-vira-m-o-25-de-Abril-que-so-la-chegou-a-27-ou-28-> >, última consulta em abril de 2024).

Neste contexto, ainda antes do 25 de Abril, em Angola o ano de 1974 foi de crescente tensão social e política, marcada por confrontos políticos internos e externos no seio dos três movimentos, ao mesmo tempo marcados já por um horizonte ideológico pós-independência e pós-revolucionário. Por exemplo, em fevereiro de 1974, Agostinho Neto proferiu um discurso na Universidade de Dar Es Salaam, na Tanzânia, posteriormente publicada sob o título “Quem é o Inimigo... Qual é o Nosso Objectivo?”. No discurso, o “inimigo” não era tanto o “pequeno e atrasado Portugal”, que era mais um “gerente de uma série de combinas político-económicas” (Neto 1974: 2). O verdadeiro inimigo era outro: o sistema opressor imperialista. Desde este ponto de vista, já se assumia e discursava em tom pós-colonial. Neste âmbito, o discurso de Neto visava um novo olhar para a história política da África, menos assente numa política de distinção racial do que num problema de classes. “É que as lutas de libertação, desejo sublinhá-lo, de novo, não se destinam somente a corrigir violentamente as relações entre os homens, e especialmente as relações de produção, dentro do país, – elas constituem um fator importante para a transformação positiva de todo o nosso continente e do mundo inteiro.” (1974: 4).

O que se veio a verificar ao longo de 1974 foi, precisamente, essa lógica de “correção violenta”, através de um processo de imposição de uma “versão” do anti-imperialismo perante as restantes, tanto externas (UNITA e FNLA) como internas. Foi precisamente ao longo desse ano que, no âmbito do processo de reconversão do movimento em partido, duas correntes internas do MPLA se fizeram notar no seio da liderança: a Revolta Ativa e a Revolta de Leste, facções que contestavam a direção de Agostinho Neto, tanto ao nível da sua linha ideológica como de estratégia de liderança (Mabeko-Tali 2019). A divergência ficou evidente em agosto de 1974, aquando do chamado Congresso de Lusaka, onde as diferentes facções, unidades e lideranças do partido se reuniram para debater o rumo a seguir pelo movimento. Estes processos de contestação, complementados por posteriores campanhas de perseguição a grupos internos ou aliados, tais como a Organização Comunista de Angola (ver Taveira 2019), ou os Comitês de Ação, culminaram com um dos mais trágicos episódios da história de Angola: o chamado “fraccionismo” do 27 de Maio de 1977 – um movimento de contestação liderado por uma ala do Comité Central e protagonizada, entre outros, por Nito Alves, José Van Dúnem, Bakálof e Monstro Imortal, cuja repressão redundou na eliminação de vários altos cargos do partido e a perseguição, tortura, prisão e execução de centenas a milhares de seus seguidores reais e imaginados (Mateus e Mateus 2007). Desde este ponto de vista, o 25 de Abril ocorreu num contexto de “correção em curso” no seio do MPLA que, aliada às divergências insalváveis com os outros movimentos de libertação, gerou a “história de violência” que marcou o país de 1975 até hoje.

Portanto, voltando à afirmação do ex-militar, ela incorporava uma lógica mais abrangente de recordação de que, por um lado, em 1974, a crença

na mudança política em Portugal não era assim tão evidente e não estava necessariamente subjugada ao processo de independência. E, de facto, os acontecimentos de abril em Lisboa apanharam vários protagonistas de surpresa – entre eles o próprio Agostinho Neto, que se encontraria “de férias” no Canadá. Em qualquer caso, o que decorreu do 25 de Abril implicou um processo enviesado de tal forma que gerou uma onda de violência inédita, expressa tanto na guerra civil como nos conflitos internos no seio do MPLA. Portanto, o ex-militar, ele próprio um combatente e preso político na luta de libertação, e posteriormente uma vítima e sobrevivente do 27 de Maio, passando meses preso na Casa de Reclusão Militar em Luanda e no Campo de São Nicolau no Namibe entre 1977 e 1978, quis questionar uma narrativa concreta que colocava o MPLA como grande protagonista da independência de Angola. Narrativa essa que se encontra ainda hoje fixada no espaço e no calendário angolano: desde as anuais celebrações da independência a espaços musealizados tais como o Museu das Forças Armadas em Luanda.

Neste sentido, estas palavras do ex-militar também assinalam uma dinâmica de memória social muito particular. Por um lado, a memória oficial do país ainda se encontra marcada por uma lógica hegemónica e impositiva (ver, por exemplo, Ball 2018; Martins 2021a), organizada em torno da centralização do MPLA no processo. Neste âmbito, cultiva até aos dias de hoje uma ideia



Figura 2 – Renault 4 utilizado por Agostinho Neto durante a luta de libertação. Exposto no Museu das Forças Armadas na Fortaleza de São Miguel, em Luanda. Fonte: foto de Autor, outubro de 2023.

de idoneidade em torno da figura do “presidente poeta” Agostinho Neto e do seu papel chave na proclamação da República de Angola (Pacheco 2016). Luanda e Angola encontram-se cobertos de marcadores físicos e simbólicos que cultivam esta mnemónica – desde o Memorial Agostinho Neto (o “foguetão”) inaugurado em 2011, ao novo aeroporto internacional Dr. António Agostinho Neto, inaugurado em novembro de 2023 (Martins 2023).

Essa hegemonia epistemológica não surgiu apenas do exercício intelectual. Foi, aliás, fisicamente imposta através da criminalização ou mesmo eliminação de versões alternativas, seja da UNITA (Martins 2021a, 2021b) ou da UPA/FNLA (M. Paredes 2022; Vicente 2023). Neste último caso, um episódio marcante ilustra este ponto: o fuzilamento público de Virgílio Sotto Mayor, um dos heróis do 4 de Fevereiro de 1961, envolvido no assalto à Casa de Reclusão Militar de Luanda e posteriormente preso nos campos de concentração do Missombo e São Nicolau. Já em 1975, mas ainda antes da independência, Virgílio (também conhecido como “Sem Medo”), à data comandante do exército, resistiu à “reescrita da história” que procurava colocar o MPLA como o protagonista do 4 de Fevereiro, em vez da UPA. Após a construção de um processo



Figura 3 – Expositores relativos à cronologia da independência de Angola (à esquerda, décadas de 1960-1970; e à direita, os acordos de cessar-fogo de 1974), expostos no Museu das Forças Armadas na Fortaleza de São Miguel, em Luanda. A linha branca entre os dois expositores representa a ausência de qualquer referência ao 25 de Abril no processo. Fonte: foto do autor, outubro de 2023.

de acusação de desvio de fundos e de excessos cometidos por soldados seus subordinados, em 27 de agosto de 1975 acabou por ser levado para o campo da Académica do Sambizanga (o campo Mário Santiago) onde foi publicamente executado num “tribunal da revolução”, sem direito a matéria de crime provada. O evento teve “honras de cobertura” em direto da Rádio Nacional de Angola, e contou com a participação de altos cargos do MPLA na plateia (entrevista a familiar de Virgílio Sotto Mayor, outubro de 2023).

Por outro lado, apesar dessa dinâmica impositiva, os acontecimentos do 27 de Maio de 1977 assumir-se-iam como uma pedra no sapato constante nessa imagem, perdurando até aos dias de hoje. Num momento histórico em que o governo procura encenar um problemático processo de reconciliação e perdão (CIVICOP) tendo em vista a memorialização dos eventos,¹ perspetivas como a do ex-militar e ex-presos político configuram uma resistência concreta a uma imposição do “automaton” histórico do processo de memorialização (Benjamin 1968). Mesmo que Neto não se encontrasse propriamente “de férias” no Canadá – estaria reunido com o Toronto Committee for the Liberation of Portugal’s African Colonies (TCLPAC – ver M. M. Paredes 2022) –, a invocação da sua ausência de Angola sinalizava a possibilidade de debater de forma crítica o seu papel no processo de libertação, ao mesmo tempo que ilustrava a descentralização do evento do 25 de Abril no processo de construção da nação angolana.

NOTAS CONCLUSIVAS: DO EVENTO AO TUMULTO

A priori, uma reflexão antropológica sobre um “evento” como o 25 de Abril implica, por um lado, uma abordagem rashomoniana ao evento (Sarró e Lima 2006), explorando as diferentes versões e interpretações que o mesmo suscita. Por outro lado, também implica uma abordagem a partir da memória e dos seus itinerários no contexto de transições políticas radicais tais como a Revolução dos Cravos e a independência de Angola. Foi isso que procurei fazer aqui, expondo a dimensão tumultuosa dos anos entre 1974 e 1977. Mas, ao mesmo tempo, implica uma intervenção decolonial, no sentido de descentralizar o caráter e a dimensão da narrativa sobre o episódio em causa. A partir daqui, apercebemo-nos de várias trajetórias narrativas que procuram “estabilizar” uma memória histórica única através de um processo de domesticação de um evento em última instância tumultuoso, no sentido das múltiplas linhas de ação em causa e das diversas consequências em curso.

1 Ver Ruy Llera Blanes: “Reconciliação sem justiça: a CIVICOP e o 27 de Maio em Angola”, *Expresso [online]*, 24 de março de 2023. Disponível em: < <https://expresso.pt/opiniaao/2023-03-24-Reconciliacao-sem-Justica--a-CIVICOP-e-o-27-de-maio-em-Angola-a4e7b134> > (última consulta em abril de 2024).

BIBLIOGRAFIA

- BALL, Jeremy, 2018, “Staging of memory: monuments, commemoration, and the demarcation of Portuguese space in colonial Angola”, *Journal of Southern African Studies*, 44 (1): 77-96. DOI: <https://doi.org/10.1080/03057070.2018.1403265>.
- BENJAMIN, Walter, 1968, *Illuminations*. Nova Iorque: Schocken Books.
- BLANES, Ruy Llera, 2023, *A Revolução Angolana no Século XXI: A Dissidência Política na Angola do Pós-Guerra*. Lisboa: Tinta-da-China.
- CORREIA, Pedro Pezarat, 2019, “O processo de descolonização de Angola: do 25 Abril ao Alvor”. Disponível em: < <https://a25abril.pt/wp-content/uploads/2019/01/DescolonizacaoPezaratCorreia.pdf> > (última consulta em abril de 2024).
- COUTINHO, Rosa, 1984, “Notas sobre a descolonização de Angola”, in AA.VV., *25 de Abril: 10 Anos Depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 359-366.
- KAPFERER, Bruce, 2010, “In the event: towards an anthropology of generic moments”, *Social Analysis*, 54 (3): 1-27.
- KOSELLECK, Reinhart, 1989, “Linguistic change and the history of events”, *The Journal of Modern History*, 61 (4): 649-666.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel, 2019, *Guerrilhas e Lutas Sociais: O MPLA Perante Si Próprio (1960-1977) – Ensaio de História Política*. Lisboa: Mercado de Letras.
- MARQUES, Alexandra, 2013, *Segredos da Descolonização de Angola*. Lisboa: Leya.
- MARTINS, Vasco, 2021a, “Hegemony, resistance and gradations of memory: the politics of remembering Angola’s liberation struggle”, *History & Memory*, 33 (2): 80-106.
- MARTINS, Vasco, 2021b, “‘A nossa lâmpada não se apaga’: the mnemonic return of Angola’s Jonas Savimbi”, *African Studies Review*, 64 (1): 242-265. DOI: <https://doi.org/10.1017/asr.2020.23>.
- MARTINS, Vasco, 2023, “Historical controversies, netoscapes and public memory in Luanda”, in Miguel Cardina, *The Portuguese Colonial War and the African Liberation Struggles: Memory, Politics and Uses of the Past*. Londres: Routledge, 113-129.
- MATEUS, Dalila Cabrita, e Álvaro MATEUS, 2007, *Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977*. Alfragide: Texto.
- NETO, Agostinho, 1974, “Quem é o Inimigo... Qual é o Nosso Objectivo?” Discurso proferido na Universidade de Dar Es Salaam, Tanzânia, 7 de Fevereiro de 1974.
- PACHECO, Carlos, 2016, *Agostinho Neto: O Perfil de Um Ditador – A História do MPLA em Carne Viva*. Lisboa: Vega.
- PAREDES, Marçal de Menezes, 2022, “Para além da lusofonia: o Toronto Committee for the Liberation of Portugal’s African Colonies (TCLPAC) do Canadá e a luta anticolonial em Angola e Moçambique (1972-1975)”, *Tempo e Argumento [online]*, 14 (35). DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180314352022e0108>.
- PAREDES, Margarida, 2022, “A história de luta de Maria Henriqueta Miguel Pedro na FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 43: 215-237. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.7198>.
- RIO, Knut, e Bjørn Enge BERTELSEN, 2018, “Anthropology and 1968: openings and closures”, *Anthropology Today*, 34 (2): 9-13.
- SARRÓ, Ramon, e Antónia Pedroso de LIMA, 2006, “Já dizia Malinowski: sobre as condições da produção etnográfica”, in Ramón Sarró e Antónia Pedroso de Lima (orgs.),

Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre Produção Etnográfica. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 17-34.

TAVEIRA (Piri), Carlos, 2019, *São Paulo, Prisão de Luanda*. Lisboa: Guerra & Paz.

TRAVERSO, Enzo, 2012, *La Historia como Campo de Batalla: Interpretar las Violencias del Siglo XXI*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

VICENTE, Nsambu, 2023, “O papel de Holden Roberto ‘yembe’ na mobilização das mulheres para a libertação da África: o caso da UPA/FNLA”, in Hilarino Luz, Luís Rodrigues e Alexandre Timbane (orgs.), *As Literaturas em Português em Debate: Produções, Estudos, Pesquisas*. Belém, PA: Home Editora, 79-92.